



A Santa Sé

***DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
A UM GRUPO DE PEREGRINOS DA POLÓNIA
E REPRESENTANTES DO SINDICATO "SOLIDARNOSC"***

11 de Novembro de 2003

Dou as minhas cordiais boas-vindas a todos os presentes. Saúdo de maneira particular o Senhor Presidente Lech Walesa, responsável da parte do Episcopado pela pastoral do mundo do trabalho. É-me grato poder receber uma vez mais, no Vaticano, os representantes do "Solidarnosc".

Não é a primeira vez que nos encontramos no dia 11 de Novembro, data especial para a Polónia. Recordo que esta audiência teve lugar também no ano de 1996. Nessa ocasião, eu disse: "Trago profundamente no coração, e todos os dias recomendo a Deus na oração, os vossos problemas, as vossas aspirações, preocupações e alegrias, a vossa fadiga unida com o trabalho" (*L'Oss. Rom.*, ed. port. de 30/11/1996, pág. 5). Hoje, volto a reiterar estas palavras para vos assegurar que o porvir dos trabalhadores na Polónia me está sempre a peito.

Recordando a data de 11 de Novembro, não posso deixar de evocar a liberdade nacional reconquistada nesse dia, depois de anos de lutas que custaram à nossa nação muitas renúncias e numerosos sacrifícios. Esta liberdade exterior não durou muito tempo, mas pudemos contar sempre com ela na luta por preservar a liberdade interior, a liberdade de espírito. Bem sei como era querido este dia a todos aqueles que, no período do comunismo, procuravam opor-se à supressão programada da liberdade do homem, à humilhação da sua dignidade e à negação dos seus direitos fundamentais. Sucessivamente, dessa oposição nasceu o movimento, cujos artífices e continuadores sois vós mesmos. Também este movimento estava vinculado à data de 11 de Novembro, àquela liberdade que, em 1981, encontrou a sua expressão exterior, política, e que

nasceu da liberdade interior de cada um dos cidadãos da República Polaca e da liberdade espiritual de toda a Nação.

Embora tenha sido suprimida desde o final da segunda guerra mundial e pelos acordos de Ialta, esta liberdade de espírito sobreviveu e tornou-se o fundamento das transformações pacíficas do nosso País e, em seguida, da Europa inteira, que teve lugar também com a ajuda do "Solidarnosc".

Dou graças a Deus pelo ano de 1979, em que o sentido de unidade no bem e o desejo comum de prosperidade da Nação oprimida derrotou o ódio e o desejo de vingança, tornando-se o rebento da construção de um Estado democrático. Sim, houve tentativas em vista de destruir esta obra. Todos nós conservamos na memória o dia 13 de Dezembro de 1981, mas conseguimos sobreviver a tais provas. Dou graças a Deus pelo dia 19 de Abril de 1989, quando tive a ocasião de pronunciar as seguintes palavras: Maria, "recomendo à tua solicitude materna o "Solidarnosc" que, hoje, depois da nova legalização de 17 de Abril, pode voltar a actuar. Confio-te o processo ligado a este acontecimento, destinado a plasmar a vida da Nação em conformidade com as leis da sociedade soberana. Peço-te, Senhora de Jasna Góra, a fim de que ao longo do caminho deste processo, todos continuem a demonstrar a coragem, a sabedoria e o bom senso, indispensáveis para servir o bem comum".

Recordo estes acontecimentos, porque eles tem um significado particular na história da nossa Nação. E parece que eles estão a esquivar-se da memória. As gerações mais jovens já não os conhecem através da sua própria experiência. Por conseguinte, poder-se-ia perguntar se saberão valorizar na justa medida a liberdade que possuem, se não se derem conta do preço que foi pago pela mesma. O "Solidarnosc" não pode ignorar esta história, tão próxima e ao mesmo tempo já tão distante. Não se pode deixar de recordar a história pós-bélica da reconquista da liberdade. É o património a que nos devemos referir constantemente, a fim de que a liberdade não degenere na anarquia, mas assuma a forma de uma responsabilidade comum pela sorte da Polónia e de cada um dos seus cidadãos.

No dia 15 de Janeiro de 1981, pude dizer aos representantes do "Solidarnosc": "Prezados Senhores e Senhoras, na minha opinião vós tendes a plena consciência dos deveres que estão à vossa frente (...) Trata-se de deveres de suma importância. Eles estão vinculados à necessidade de uma plena garantia da dignidade e da eficácia do trabalho humano, mediante o respeito por todos os direitos pessoais, familiares e sociais de cada homem, que é sujeito do trabalho. Neste sentido, estes deveres tem um significado fundamental para a vida de toda a sociedade, de toda a nação, para o seu bem comum. Com efeito, o bem comum da sociedade reduz-se, em última análise, à seguinte interrogação: quem é a sociedade, quem é cada homem; como é que ele vive e trabalha? Por isso, a vossa actividade autónoma faz, e deve sempre fazer, uma referencia clarividente a toda a moral social. Em primeiro lugar, à moral ligada ao campo do trabalho, às relações entre o trabalhador e o empregador".

Parece que hoje esta exortação, a garantir a dignidade e a eficácia do trabalho humano, não perdeu a sua importância. Bem sei como estas duas características do trabalho estão em perigo. Juntamente com o desenvolvimento da economia de mercado surgem novos problemas que atingem dolorosamente os trabalhadores. Nos últimos tempos falei acerca do problema do desemprego que, em muitas regiões da Polónia, adquire dimensões perigosas. Aparentemente, parece que os sindicatos não têm influência sobre isto. Contudo, é necessário interrogar-se se não tem influência sobre o modo de assumir os empregados, dado que ele tem um carácter cada vez mais frequentemente temporário, ou então sobre o modo de os despedir, que já são realizados sem qualquer atenção pelo destino dos empregados individualmente e das suas famílias. Sim, o "Solidarnosc" demonstra uma maior actividade nas grandes empresas, especialmente nas estatais.

Todavia, podemos interrogar-nos se o Sindicato é suficientemente solícito pelo destino dos empregados nas empresas pequenas, particulares, nos supermercados, nas escolas, nos hospitais ou noutras actividades da economia de mercado, que não tem a força de que dispõem as minas ou as usinas de aço. É necessário que o vosso Sindicato defenda abertamente os trabalhadores, aos quais os empregadores negam o direito de voz, o direito de se oporem aos fenómenos que violam os direitos fundamentais do trabalhador.

Bem sei que no nosso País há casos em que aos trabalhadores não se pagam os salários. Há pouco tempo, referindo-me a uma carta que, a este propósito, os Bispos polacos quiseram publicar, eu disse que o bloqueio do pagamento devido pelo trabalho constitui um pecado que brada ao céu por vingança. "Mata o próximo quem lhe tira os meios de vida e derrama sangue quem priva o operário do seu salário" (*Eclo* 34, 22). Este abuso é a causa da situação dramática de muitos trabalhadores e das suas famílias. O Sindicato "Solidarnosc" não pode permanecer indiferente, perante este fenómeno angustiante.

Um problema à parte é a frequente consideração dos trabalhadores exclusivamente como mão-de-obra. Acontece que os empregadores na Polónia negam aos seus funcionários o direito ao descanso, à assistência médica e até mesmo à maternidade. Isto não significa, porventura, limitar a liberdade pela qual o "Solidarnosc" lutou? Ainda há muito a fazer sob este ponto de vista. Este dever pesa sobre as autoridades do Estado e sobre as instituições jurídicas, mas também sobre o "Solidarnosc", em quem o mundo do trabalho depositou uma grande esperança. Não se pode decepcioná-la.

Durante o ano de 1981, enquanto ainda perdurava o estado de emergência, tive a oportunidade de dizer aos representantes do "Solidarnosc": "A actividade dos sindicatos não tem um carácter político, não deve ser um instrumento da acção de uma pessoa, nem de qualquer partido político, para poder concentrar-se de maneira exclusiva e plenamente autónoma sobre o grande bem social do trabalho humano e dos trabalhadores" (*Discurso* de 15 de Janeiro de 1981). Parece que a própria politização do Sindicato provavelmente devido à necessidade histórica o levou ao seu

debilitamento. Como escrevi na Carta Encíclica *Laborem exercens*, quem tem o Poder no Estado é um empregador indirecto, cujos interesses geralmente não caminham *pari passu* com as necessidades dos trabalhadores. Parece que o "Solidarnosc", entrando numa determinada etapa da história, directamente no mundo da política, e assumindo a responsabilidade pelo governo do País, teve de renunciar obrigatoriamente à defesa dos interesses dos trabalhadores em muitos sectores da vida económica e pública. Permitti-me dizer que, se hoje, o "Solidarnosc" quizer servir verdadeiramente a Nação, deveria voltar às suas próprias raízes, aos ideais que o iluminavam como Sindicato. O poder passa de mão em mão, e os operários, os agricultores, os professores, os agentes que desempenham a sua actividade no campo da saúde e todos os outros trabalhadores, independentemente de quem conserva o poder no País, esperam ser ajudados na salvaguarda dos seus justos direitos. Aqui, o "Solidarnosc" não pode faltar.

Trata-se de uma tarefa difícil e exigente. Por isso, cada dia acompanho todos os vossos esforços com as minhas orações. Ao defenderdes os direitos de quem trabalha, contribuíis para uma causa justa, e nisto podeis contar com a ajuda da parte da Igreja. Na minha opinião, este empreendimento será eficaz e melhorará a sorte dos trabalhadores no nosso País. Com a assistência de Deus, dais continuidade à obra que começamos em conjunto há vários anos.

Deus vos abençoe!